

ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

**ACONDICIONAMENTO, RECOLHA E TRANSPORTE PARA O
RESIM DAS LAMAS GERADAS NA ETA DE MORGAVEL**

CADERNO DE ENCARGOS

MARÇO 2020

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Acondicionamento, Recolha e Transporte para o RESIM das Lamas Geradas na ETA de Morgavel**.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. O contrato inicia-se na data de assinatura do contrato, mantendo-se em vigor pelo prazo de 6 (seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato.
2. O contrato pode ser renovado por 2 vezes, por 2 períodos de 2 meses cada, estando prevista a sua caducidade caso nenhuma das partes comunique à outra a intenção de o não renovar com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data do seu termo ou do termo da renovação a que respeite.
3. A notificação a que alude o número anterior deverá ser efetuada por escrito, podendo ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES DAS PARTES
SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:
 - a) Acondicionamento, Recolha, Transporte para o aterro sanitário da AdSA (RESIM) (localização no **ANEXO II**) das Lamas provenientes da ETA de Morgavel;
 - b) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - c) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todos as especificações e requisitos técnicos indicados no presente caderno de encargos e nos termos da legislação aplicável;
 - d) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões;
 - e) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da AdSA;
 - f) Prestar as informações que forem solicitadas pela AdSA;
 - g) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - h) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Organização e meios do adjudicatário

- I. Compete ao Adjudicatário o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na prestação de serviços, em conformidade com o previsto neste caderno de encargos, bem como o

estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo os aspetos relacionados com segurança e saúde.

2. O Adjudicatário é responsável pelo equipamento destinado à remoção e transporte de resíduos e sua pesagem, devendo prever os meios adequados de forma a cumprir os requisitos de qualidade exigidos pela AdSA, S.A..
3. Todos os meios necessários à execução da prestação de serviço, ao controlo e registo de dados técnicos da prestação de serviços, bem como meios de transporte, informáticos e outros são da responsabilidade do Adjudicatário, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.
4. A mobilização de todos os meios humanos constantes da sua proposta e necessários à prestação dos serviços a cargo do Adjudicatário é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
5. A constituição da equipa de pessoal do Adjudicatário deverá ser adequada às características da prestação de serviços. Todos os elementos da equipa deverão ter habilitação e experiência adequados às funções a desempenhar.
6. É da inteira responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregue na execução dos trabalhos, a sua aptidão profissional e a sua disciplina, nomeadamente as obrigações perante a segurança social.
7. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregue sendo de sua conta os encargos que daí resultem, nomeadamente quanto aos seguros contra acidentes de trabalho.
8. Não obstante do referido no **ANEXO I**, o adjudicatário deverá igualmente reger-se segundo procedimentos e regras específicas de higiene, segurança e saúde no trabalho da AdSA, S.A., nomeadamente, cumprindo as regras e requisitos do Sistema de Sustentabilidade Empresarial da AdSA (**ANEXO V** do Programa do Procedimento). Compete ao Adjudicatário o fornecimento do equipamento de proteção individual dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual deverá obedecer às normas em vigor sobre esta matéria.
9. Para o início da prestação de serviços, será solicitado ao adjudicatário o preenchimento da Gestão de Entradas (GE) disponível na Cláusula 32º do presente documento, acompanhada de todos os documentos nesta exigidos.
10. As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do adjudicatário e seus consultores serão da conta do Adjudicatário.
11. Se a AdSA, S.A. verificar que os meios, quer materiais, quer humanos, utilizados pelo Adjudicatário são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo o reforço da equipa ou a aquisição/modificação/substituição de meios materiais, sem aumento do valor contratado.
12. A AdSA, S.A. reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao

Adjudicatário qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes desta, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na prestação de serviços, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o adjudicatário o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.

13. Compete ao adjudicatário organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são atribuídas.

Cláusula 6.^a

Acompanhamento e controlo do contrato

14. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade mínima trimestral, reuniões de acompanhamento da prestação de serviços com os representantes da AdSA, bem como a redigir as respetivas atas, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
15. Constitui obrigação do Adjudicatário a entrega de Relatórios de Atividade com uma periodicidade mensal, a entregar até ao 5º dia útil do mês seguinte a que respeita, identificando a evolução de todas as operações objeto da prestação de serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato. Nesses relatórios deverá constar, no mínimo, o seguinte:
- a) Quantidades de resíduos recolhidos e respetivas guias de acompanhamento, organizadas por local de produção e data de recolha;
 - b) Descrição dos trabalhos e ocorrências registadas;
 - c) Mapa Excel com resumo dos resíduos transportados/processados, com o seguinte layout:

Data	Local	Resíduo	LER	Quantidade (ton)	Operação	Entidade Receptora	NIF	Transportador	NIF
------	-------	---------	-----	------------------	----------	--------------------	-----	---------------	-----

- d) Outras informações relevantes.

16. No final de cada ano civil, até ao dia 31 de janeiro do ano seguinte, o prestador de serviços deve ainda elaborar um Relatório Anual, com o balanço para o ano civil, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
17. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
18. Pelo incumprimento do disposto nos pontos n.º 1 e 2, a AdSA poderá aplicar a sanção prevista na Cláusula 20ª do Caderno de Encargos.
19. O Adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
20. Após a assinatura do contrato, o Adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.

21. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.
22. O Adjudicatário deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à AdSA.
23. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

Cláusula 7.^a

Prazo da prestação do serviço

O adjudicatário obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos, no prazo máximo de 18 meses, a contar da data da celebração do contrato.

Cláusula 8.^a

Âmbito e especificação da prestação de serviços

1. Os serviços objeto do contrato serão essencialmente compostos por:
 - a) Aluguer de contentores para acondicionamento e transporte das lamas provenientes da ETA de Morgavel para o RESIM;
 - b) Acondicionamento, recolha, transporte e encaminhamento das lamas provenientes da ETA de Morgavel para o RESIM;
 - c) Entrega das lamas provenientes da ETA de Morgavel no RESIM.
2. A AdSA, S.A. reserva-se o direito de, a qualquer altura da execução do contrato, verificar as condições de receção do resíduo no RESIM.
3. Nesta prestação de serviços não está incluído o controlo analítico das lamas provenientes da ETA de Morgavel a encaminhar o RESIM, sendo este da responsabilidade da AdSA, S.A..
4. A caracterização analítica dos resíduos objeto da presente prestação de serviços será disponibilizada ao Adjudicatário no momento da assinatura do contrato.
5. Sempre que o Adjudicatário identifique necessidades de monitorização de parâmetros adicionais, com vista à verificação da conformidade do destino dos resíduos, deverá desenvolver as respetivas análises e formalizar junto da AdSA, S.A. a entrega dos respetivos resultados, sendo também os encargos respeitantes a essa monitorização da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 9.^a

Transferência da propriedade

A transferência dos bens ocorre no dia da sua entrega, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

Cláusula 10.^a

Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 11.^a

Dever de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que

diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.

4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais,

nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 13.^a

Conservação de dados pessoais

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 14.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 15.^a

Deveres da entidade adjudicante

1. Deve informar o Adjudicatário sempre que ocorra uma alteração no processo da ETA que ponha em causa as características normais das lamas produzidas.
2. Deve informar o Adjudicatário, até às 13h00m do dia útil anterior, da necessidade de realização ou cancelamento da recolha de resíduos.

Cláusula 16.^a

Preço contratual

3. Os serviços objeto do contrato serão remunerados mensalmente, em função das quantidades de trabalhos desenvolvidas a pedido da AdSA (quantidade de resíduos removidos), ao longo do contrato, aplicadas aos preços unitários contratuais, acrescidos de IVA e da TGR à taxa legal em vigor, se estes forem legalmente devidos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
4. A AdSA apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.
5. O preço contratual não pode ser superior a € 95.000 (noventa e cinco mil euros).
6. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão da prestação dos serviços.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante, identificado na Cláusula 28.^a.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

CAPÍTULO III

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos de recolha dos resíduos fixados no **ANEXO I** do Caderno de Encargos, a AdSA aplicará a sanção de €100,00 (cem euros) por cada hora

de atraso face à hora de recolha acordada entre as partes.

- b) Pelo incumprimento dos prazos legais definidos na Portaria n.º 145/2017, de 26 de Abril, relativamente às obrigações do transportador e destinatário.
 - c) Pelo incumprimento do prazo de entrega do Relatório de Atividade Mensal ou do Relatório Anual, fixado na cláusula 6ª do Caderno de Encargos, a AdSA aplicará sanção de €50,00 (Cinquenta euros) por cada dia de atraso.
 - d) Todos os danos sofridos, direta e indiretamente, pela AdSA e/ou coimas e multas aplicadas à AdSA, que resultem de atos ou omissões imputáveis ao Adjudicatário, independentemente da sua natureza, serão da responsabilidade deste último e, consequentemente, ser-lhe-ão imputáveis, tendo a AdSA direito de regresso sobre o Adjudicatário de todos os montantes pagos.
 - e) Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdSA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
 - f) A AdSA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 - g) As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a AdSA exija o ressarcimento, bem como, indemnização por danos causados.
- 2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
 - 3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 - 4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º I, relativamente serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
 - 5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
 - 6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.ª

Força maior

- 1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- 2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;

- b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

Cláusula 22.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, na caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;

- b) Declaração do Adjudicatário em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente caderno de encargos e da qual resulte perda do interesse da AdSA na prestação contratual.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

- 1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 24.^a

Execução da caução

- 1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
- 2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
- 3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
- 4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo definido no n.º 3 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 25.^a

Seguros

- I. Seguro de Responsabilidade Civil:
 - a) O Adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais

- contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde esteja prevista a indemnização, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à AdSA em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
- b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
 - c) O seguro de responsabilidade civil deve garantir a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de €50.000 (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.
2. Seguro de Acidentes de Trabalho:
- d) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal;
 - e) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.
3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.
4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
5. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Cláusula 26.^a

Responsabilidades

O Adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da AdSA, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º I, do artigo 296.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 28.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os seguintes contatos:

Contraente público:

- Águas de Santo André, S.A.
- Gestor do contrato: Ângela Romão
- Morada: Cerca da Água – Rua dos Cravos, 7500-130, Vila Nova de Santo André
- Telefone n.º +351 269 708 240
- Correio eletrónico geral.adsa@adp.pt

Adjudicatário:

- [identificação da entidade]
 - [identificação da pessoa de contacto]
 - Morada: [•]
 - Telefone n.º [•]
 - Correio eletrónico [•]
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 29.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Beja, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 30.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 31.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 32.^a

(Requisitos para aquisição de bens e serviços)

1. Os requisitos do Sistema de Sustentabilidade Empresarial (SSE) para aquisição de bens e serviços encontram-se disponíveis no website da Águas de Santo André, S.A., através do link http://www.adsa.pt/contents/documents/req-aquisicao-bens-e-servicos_sse.pdf, sendo a sua observância uma obrigação contratual do adjudicatário;
2. Encontra-se também disponível no website da **Águas de Santo André, S.A.**, através do link <http://www.adsa.pt/contents/documents/g2sim01109.pdf>, o documento de enquadramento com os requisitos de acesso às instalações da **Águas de Santo André, S.A.**, denominada de Gestão de Entradas (GE).

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. Acondicionamento das lamas provenientes da ETA de Morgavel:

- a) O Adjudicatário será responsável pelo acondicionamento das lamas geradas na ETA de Morgavel em contentores nas seguintes condições:
 - a. Estanques;
 - b. Com capacidade mínima de 25 m³ (6m de comprimento; 2,4m largura e 1,7m de altura);
 - c. Com base forrada com material tipo manga plástica, para promover maior estanquicidade ao contentor;
 - d. Disponibilização em simultâneo e em permanência na ETA de Morgavel, de 2 contentores de igual capacidade.
- b) Todos os elementos de um carregamento devem ser convenientemente acondicionados no veículo de transporte, de forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes do veículo, bem como, derrames durante o levantamento/carregamento dos contentores.
- c) O Adjudicatário deverá garantir que os contentores sejam compatíveis com o local onde serão instalados.
- d) Os contentores para o acondicionamento das lamas terão de se encontrar em boas condições de conservação e limpeza e terão de ser estanques de forma a não se verificarem, em situação alguma, derrames de escorrências, quer durante o período de armazenamento na ETA, quer durante a circulação na via pública.
- e) Os contentores poderão ser objeto de inspeção por parte da AdSA, S.A. à chegada das instalações. No caso de não se encontrarem em corretas condições de conservação e limpeza, a AdSA, S.A. não autorizará a remoção dos resíduos nessas condições, devendo o operador proceder à substituição ou limpeza dos contentores. Nestas circunstâncias, o prazo de resposta ao pedido de remoção de resíduos de tratamento continuará a contar até que a situação seja normalizada.
- f) Todos os contentores para o acondicionamento de lamas terão de ser devidamente cobertos com dispositivos que impeçam derrames de lamas e minimizem a libertação de odores. Em caso de utilização de lonas, as mesmas deverão proporcionar a cobertura total do contentor, devendo estar fixadas de forma segura a todos os quatro lados do contentor, quer durante o transporte, quer durante o período de enchimento e de estacionamento do contentor nas instalações da AdSA, S.A..
- g) Os meios de acondicionamento deverão assegurar a produção das lamas de forma contínua e ininterrupta, durante 7 (Sete) dias por semana, admitindo-se uma produção de lamas uniforme ao longo do tempo.
- h) O armazenamento, por parte do Adjudicatário, das lamas geradas na ETA de Morgavel,

para além dos contentores destinados a esse efeito, é totalmente interdito.

2. Recolha das lamas provenientes da ETA de Morgavel:

- a) As recolhas serão efetuadas sempre que solicitadas pela AdSA, S.A., por telemóvel, e formalizadas por e-mail, no dia útil anterior.
- b) Os meios de carga serão da total responsabilidade do Adjudicatário.
- c) As recolhas deverão ser sempre efetuadas e asseguradas entre as 8h30 e as 10h00, todos os dias da semana (de segunda-feira a domingo), sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula 20ª do Caderno de Encargos.
- d) O Adjudicatário deverá garantir, num prazo máximo de 24h horas após formalização do pedido de recolha por parte da AdSA, S.A., o escoamento da totalidade das lamas provenientes da ETA de Morgavel, assegurando a sua remoção no período referido, de acordo com as necessidades, a fim de não provocar o seu armazenamento prolongado no local de produção.
- e) O prazo máximo de resposta às solicitações da AdSA, S.A. deverá ser respeitado em qualquer período da prestação de serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula 20ª do Caderno de Encargos.
- f) O Adjudicatário deverá garantir a compatibilidade dos contentores com o sistema de acondicionamento dos resíduos.
- g) Todos os elementos de um carregamento devem ser convenientemente arrumados no veículo e escorados, de forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes do veículo, bem como, derrames durante o levantamento/carregamento dos contentores.
- h) O Adjudicatário deverá disponibilizar um contacto de emergência para ser utilizado fora dos períodos acima referidos, nas situações em que o bom funcionamento do sistema o exija.

3. Transporte das lamas provenientes da ETA de Morgavel:

- a) O Adjudicatário deve efetuar o planeamento e a coordenação da remoção e do transporte desde as instalações da AdSA até ao RESIM.
- b) O transporte de resíduos em território nacional encontra-se sujeito às disposições estabelecidas na Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, a qual define as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos.
- c) O transporte dos resíduos deve ser efetuado em condições ambientalmente adequadas, de modo a evitar a sua dispersão ou derrame, e cumprir todas as disposições legais aplicáveis.
- d) Os condutores deverão ser profissionais qualificados, com boa experiência de condução e devem dispor de razoáveis conhecimentos sobre a natureza e características do produto que transportam.
- e) Os contentores para o transporte dos resíduos terão de se encontrar em boas

condições de conservação e limpeza e terão de ser estanques de forma a não se verificarem, em situação alguma, eventuais derrames de escorrências, quer durante o período de recolha, quer durante a circulação na via pública.

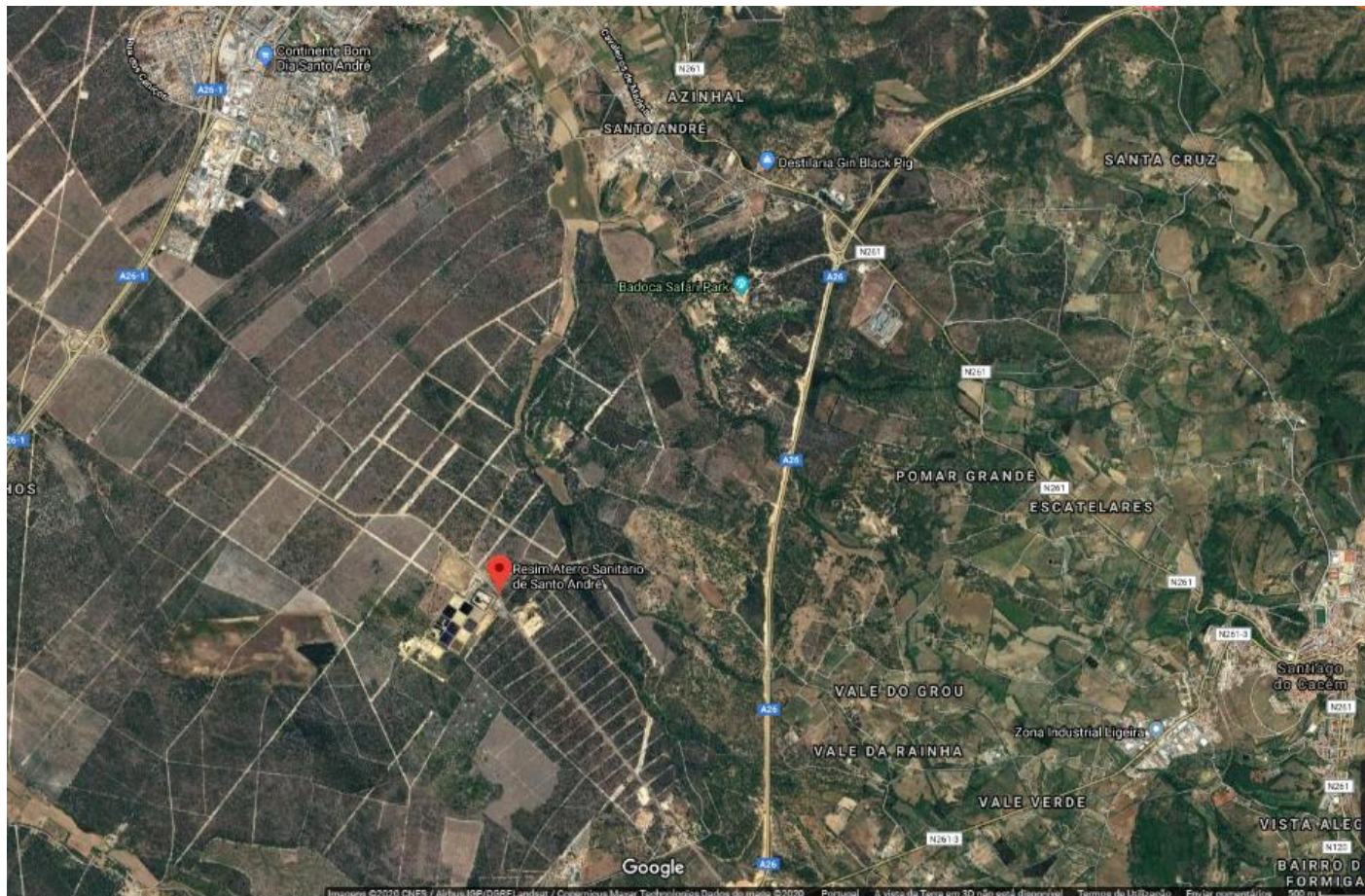
- f) Sempre que no carregamento, durante o percurso ou na descarga, ocorrer algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa, sob responsabilidade e custas do Adjudicatário.
- g) As guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR) foram criadas pela Portaria n.º 145/2017, de 26 de Abril.
- h) O Adjudicatário tem de estar obrigatoriamente registado no SILIAMB.
- i) A emissão de e-GAR será efetuada pela AdSA, ou poderá ser feita em seu nome por um dos outros intervenientes (transportador, destinatário) desde que o AdSA assim o entenda e autorize a respetiva guia.
- j) As e-GAR devem acompanhar o transporte dos resíduos, preferencialmente, em formato digital, podendo, no entanto, efetuar-se através de papel impresso. Em ambos os casos, a e-GAR deve estar no estado “emitida”.
- k) O destinatário dos resíduos deve, após a receção dos mesmos, no prazo máximo de dez dias:
 - a. Confirmar a receção dos resíduos;
 - b. Propor a correção dos dados originais da e-GAR; ou
 - c. Rejeitar a receção dos resíduos

4. Encaminhamento das lamas provenientes da ETA de Morgavel:

- a) As cargas dos resíduos devem ser pesadas em báscula com certificado de calibração em vigor, no momento de receção dos resíduos na instalação de tratamento de resíduos da AdSA (RESIM), para que seja possível determinar com rigor a quantidade de resíduos encaminhados para o RESIM.
- b) Todas as pesagens realizadas em báscula no RESIM dos resíduos para onde forem encaminhados pelo Adjudicatário, terão de ser validadas pelo respetivo talão de pesagem. Eventuais custos associados às pesagens estarão incluídos no preço da proposta.
- c) No caso de os resíduos serem depositados em aterro, deverá ser cumprido o exposto no Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto.

ANEXO II

LOCALIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO RESIM



Coordenadas GPS: 38° 01.380490 N | 8° 46.013359 W